

Una indústria na “aldeia”. A génesis da ourivesaria no concello de Gondomar, Portugal

An industry in the “village”. The genesis of goldsmithery of the Council Gondomar, Portugal

*Ana Cristina Sousa y Diana Felícia
FLUP/CITCEM*

RESUMO: Estendendo-se a Oriente da cidade do Porto e acompanhando a sul o rio Douro, o município de Gondomar é, na atualidade, o maior centro de produção aurífera, realidade que lhe valeu o epíteto de “capital da ourivesaria”. Território predominantemente rural até finais do século XX, foi-se diferenciando a nível industrial, e desde a centúria de Oitocentos, pelos ofícios de marcenaria e ourivesaria, sectores que absorveram parte da mão-de-obra de uma população ativa em contínuo crescimento.

Partindo da investigação levada a cabo nos registos paroquiais das freguesias do concelho, nos almanaques comerciais, nos registos de marcas de ourives da Contrastaria do Porto, nos recenseamentos militares, pedidos de passaportes, outras publicações periódicas e várias entrevistas a artesãos, pretende-se, com este artigo, expor algumas das razões que tornaram possível o nascimento de um *Eldorado* num cenário predominantemente agrícola, marcado pela escassez e pobreza. A afirmação de dinastias familiares desde o século XVIII, o envolvimento de todos no processo produtivo e a prática de fabrico a preços muito baixos, possível através de uma clara e contínua exploração da mão-de-obra braçal, contam-se entre as justificações deste fenómeno.

Palavras-chave: Ourivesaria, ourives, oficinas, *enchedeiras*, Gondomar.

RESUMEN: Extendiéndose al este de la ciudad de Oporto y siguiendo el río Duero hacia el sur, el municipio de Gondomar es, en la actualidad, el mayor centro de producción de oro, una realidad que le ha valido el epíteto de “capital de la orfebrería”. Predominantemente rural hasta finales del siglo XX, se fue diferenciando a nivel industrial, y desde el siglo XVIII, por la ebanistería y la orfebrería, sectores que absorbieron parte de la fuerza laboral de una población activa en continuo crecimiento.

Fundamentándonos en la investigación realizada en los registros de las parroquias del municipio, en los almanaques comerciales, en los registros de orfebres de los laboratorios oficiales de contrastación de Oporto, en los censos militares, solicitudes de pasaportes, otras publicaciones periódicas y varias entrevistas con artesanos, intentamos explicar, con este artículo, algunas de las razones que hicieron posible el nacimiento de un “Eldorado” en un escenario predominantemente agrícola marcado por la escasez y la pobreza. La afirmación de las dinastías familiares desde el siglo XVIII, la participación de todos en el proceso de producción y la práctica de la fabricación a bajo coste, posible gracias a una explotación clara y continua de la mano de obra, son algunas de las justificaciones de este fenómeno.

Palabras clave: Orfebrería, orfebres, talheres, *enchedeiras*, Gondomar.

ABSTRACT: Extending to the east of the city of Porto and following the Douro river to the south, the Gondomar’s council is currently the largest center of gold production, a reality that

earned it the epithet of the “goldsmith’s capital”. Predominantly rural until the end of the twentieth century, it has been differentiated at the industrial level, and since the eighteenth century, by the crafts of carpentry and goldsmithing, sectors that absorbed part of the workforce of a continuously growing active population.

Based on the research carried out in the parish registers of the parishes of the council, in the commercial almanacs, in the registrations of goldsmiths’ in the Porto Assay Office, in the military censuses, passport applications, other periodic publications and several interviews with artisans, with this article, we intend to explain some of the reasons that made possible the birth of an “Eldorado” in a predominantly agricultural scenario, marked by scarcity and poverty. The affirmation of family dynasties since the eighteenth century, the involvement of all in the production process and the practice of low-cost manufacturing, made possible by a clear and continuous exploitation of the manual labor, are among the justifications of this phenomenon.

Keywords: Jewellery, goldsmiths, workshops, *enchedeiras*, Gondomar Council.

INTRODUÇÃO

O concelho de Gondomar é, atualmente, o maior centro de ourivesaria de Portugal, concentrando cerca de 60% da produção nacional.¹ Foi a partir da segunda metade do século XVIII que este território, predominantemente agrícola e limítrofe da cidade do Porto, começou a afirmar-se lentamente como importante núcleo de ourivesaria. As primeiras oficinas localizavam-se, sobretudo, na freguesia de S. Cosme, mas, ao longo da centúria de Oitocentos, a atividade foi-se estendendo gradualmente às freguesias fronteiriças de Valbom, Fânzeres, S. Pedro da Cova, Rio Tinto e Jovim. Inúmeras dinastias familiares agregaram-se em pequenas e médias unidades oficinais que concentravam, em finais do século XIX e XX, um elevado número de “operários saloios”, nas palavras do insigne historiador Joaquim de Vasconcelos, modestos trabalhadores que “comiam o pão com o suor do seu rosto”.²

O trabalho do ouro e da prata foi passando de geração em geração, perpetuando algumas famílias esta prática até aos nossos dias, em contexto oficial e artesanal. A escassez de recursos num concelho predominantemente rural e a necessidade de mão-de-obra na ourivesaria em períodos de maior procura, estimularam o envolvimento de um número alargado de trabalhadores, que envolveu, desde cedo, o meticoloso labor feminino. Esta realidade converteu-se numa das maiores especificidades da ourivesaria de Gondomar, distinguindo-se o trabalho executado nas oficinas com o elaborado no recato da habitação de muitas mulheres que continuam, ainda hoje, a reivindicar para si o estatuto de “domésticas”. As malhas, cordões, trancelins e filigranas conquistaram um lugar privilegiado neste universo de produção, convertendo-se em símbolos identitários do concelho, encontrando-se atualmente extintos ou em vias de desaparecer.

O conteúdo deste texto resulta de um projeto alargado de investigação encomendado pela Câmara Municipal de Gondomar, no sentido de determinar e dar a conhecer as origens do trabalho da filigrana no município, com vista à preparação, registo e reconhecimento desta técnica de ourivesaria na matriz do Património Cultural Imaterial Nacional (PCI). A preparação desta candidatura explica-se pela importância económica que o ofício da ourivesaria assume no concelho, em

1 De acordo com a informação disponibilizada pelo Núcleo de Turismo da Câmara Municipal de Gondomar.

2 Joaquim de Vasconcelos, “Exposição de Ourivesaria e Joalheria Nacional - V”, *O Comércio do Porto* (15.11.1883).

particular da filigrana que conquistou, igualmente, um lugar na cultura e turismo de Gondomar, projetando-o a nível mundial.

Foi desenvolvido um amplo trabalho de arquivo ao nível de registos paroquiais, recenseamentos militares, pedidos de passaporte, marcas de ourives registadas na Contrastaria do Porto, investigação de fontes impressas com particular destaque para os almanaques comerciais do Porto que, a partir de 1905, abrem um capítulo específico para a ourivesaria de Gondomar³ e outras publicações periódicas. O trabalho de arquivo e biblioteca foi complementado com a visita a um alargado número de oficinas, tendo sido feitas várias entrevistas a ourives e feitoras, mulheres que trabalham o ouro e a prata na sua própria casa. Neste artigo, procuramos refletir especificamente sobre dois pontos que consideramos essenciais para este estudo:

- Quais as condições que permitiram a afirmação de Gondomar como “capital da ourivesaria” portuguesa e seu principal centro de produção;
- Como é que a investigação científica pode conviver com mitos profundamente arraigados, sempre mais atrativos ao público em geral, por vezes mais aberto à construção romanceada do que à verdade histórica.

GONDOMAR, CAPITAL DA OURIVESARIA

UM TERRITÓRIO PREDOMINANTEMENTE AGRÍCOLA

Gondomar faz fronteira a Leste com o município do Porto, acompanhando o rio Douro toda a sua extensão a sul. O rio constituiu, desde sempre, um papel fundamental na história económica, social e cultural do município, proporcionando alimento, mas, também, uma importante rota de circulação de mercadorias e gentes. No foral manuelino, de 1515, atribuído a Gondomar, os foros eram pagos em “pam vinho carnes”, mas também com sáveis e lampreias pescadas no rio.⁴ Pela proximidade ao Douro, a atividade piscatória assumia uma importância particular na freguesia de Valbom, intensificando-se “no tempo dos sabeis e lampreas, que he commumente de Fevereiro athe o S. João, ou mais cedo, ou mais tarde, conforme as estações do anno”.⁵ As *Memórias Paroquiais de 1758*, permitem-nos viajar, de forma mais ou menos detalhada em função do relator, por uma paisagem dominada por campos de cultivo e arvoredos. A produção de milho grosso ou “grande” impunha-se em todas as freguesias, como atestam ainda na atualidade (mas cada vez em menor número) os grandes espigueiros quadrangulares erguidos junto às eiras das casas de lavoura. Em menor quantidade, trigo, centeio, cevada, milho miúdo, painço, feijões, linho, fruta e vinho verde e menos ainda, azeite e castanha. A criação de gado assumia igualmente um valor económico importante para os lavradores do concelho, justificando a existência de uma feira semanal de “gados” todas as quintas-feiras (que subsiste na atualidade, mas de âmbito alargado), na freguesia de S. Cosme. Os montes serviam de pasto a bois, bestas, carneiros e ovelhas, tal como

3 S. a. *Almanak do Porto e seu Districto para o anno de 1905* (50.º anno de publicação. publicado por J. J. Vieira da Silva (Sucessor de A. G. Vieira Paiva), (Porto: Livraria Archivo Juridico, 1905), 95.

4 Luiz Fernando de Carvalho Dias, *Forais Manuelinos do Reino de Portugal e do Algarve. Entre Douro e Minho*, (S.l.: Edição do Autor, 1969): 144.

5 Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), *Memórias Paroquiais de 1758, Valbom, Gondomar*, vol. 38, nº 15, fl. 87.

se descreve para os de Fânzeres, sendo também usados para a caça de lebres, coelhos e perdizes.⁶ Neste território de natureza agrícola, os produtos hortícolas distinguiam-se, contudo, entre os demais e criaram uma identidade muito própria (fig. 1). Nas freguesias de S. Cosme, Valbom e Rio Tinto cultivava-se, “no tempo”, nabos e grelos e “mais hortaliças que mandão vender no Porto”⁷, fornecendo diariamente a cidade de produtos frescos, sendo o município entendido como “uma extensa horta do Porto”.⁸ Enormes carregos de nabos (fig. 2) eram transportados à cabeça por resistentes mulheres que os levavam a pé até à cidade, no caso das de Rio Tinto, ou até ao rio Douro, no tocante às residentes em Valbom e S. Cosme, onde apanhavam um valboeiro que as conduzia até ao porto da Ribeira.



Figura 1. Campos de cultivo: Aldeia de S. Miguel, São Cosme, Gondomar.

Se o território do concelho era pontuado por pequenas aldeias constituídas por ricas casas de lavoura, a generalidade da população era formada por jornaleiros e trabalhadores rurais de poucos recursos. A dependência à cidade do Porto fazia-se sentir também a nível laboral, porque era na invicta que a maior parte da mão de obra ativa encontrava sustento. Nas palavras do pároco de Valbom, registadas no inquérito de 1758, os moradores da freguesia não recolhiam o bastante “para seu sustento; pois a maior parte são pescadores, officiaes e jornaleiros, que trabalham na cidade do Porto, e de lá se remedeão.”⁹ A predominância agrícola determinou a paisagem do concelho de Gondomar em toda a sua história, realidade invertida a partir de finais do século XX, com o recuo dos terrenos agrícolas, o crescente aumento da área urbanizada e a consequente conversão em cidade dormitório do Porto.

6 ANTT, *Memórias Paroquiais de 1758, Fânzeres, Gondomar*, vol. 15, nº 20, fl. 100.

7 ANTT, *Memórias Paroquiais de 1758, Rio Tinto, Porto*, vol. 32, nº 134, fl. 812.

8 José Augusto Vieira, *O Minho Pittoresco*, (Lisboa: Livraria de António Maria Pereira – Editor, 1887), tomo. II: 618.

9 ANTT, *Memórias Paroquiais de 1758, Valbom, Gondomar*, vol. 38, nº 15, fl. 82.

O enriquecimento dos camponeses dos municípios limítrofes da cidade do Porto na centúria de Setecentos, bem patente na construção e/ou ampliação das casas de lavoura e respetivas estruturas de serviço, pode ser explicado pela importância que a cultura do milho e a criação de gado bovino assumiram neste período. A prática de amearhar o ouro como fundo de reserva, para valer em momentos de maior aflição ou servir como dote ou herança de família, está amplamente esplanada na literatura de carácter memorialista dos séculos XVIII e XIX. Em 1788, Agostinho Rebelo da Costa deixa-nos este sugestivo relato sobre a acumulação de ouro entre os camponeses das freguesias dos concelhos limítrofes da cidade do Porto:

*“Não temo dizer, que o ouro, que serve de ornato ás mulheres do campo, excede o valor de trinta milhoens de cruzados. Há muitas freguesias, que em cordoens, cadeados, contas, laços, brincos e outras peças todas de ouro maciço, tem cada huma, duas ou ainda tres arrobas [cerca de 45 kls] deste metal. Não fallo em algumas da Cidade do Porto, aonde somente as da Sé, S. Nicolau, e Santo Ildefonso, passarão talvez de trinta arrobas. Nas Commarcas da Maya, e Pennafiel, há mais de cincoenta freguesias notáveis nesta riqueza: eu mesmo vi nas freguesias d’Agoas Santas, e S. Cosme suburbanas desta Cidade dous Andores em diferentes dias festivos, ornados (segundo o gosto da aldêa) com tantas peças de ouro, que pezarão as de cada hum; duas arrobas, e oito arráteis. Assegurarão-me pessoas dignas de credito, que ainda alli não estava todo o ouro daquelas freguesias, e que em muitas das circunvizinhas, havia a mesma riqueza. He indubitável, que até as próprias meninas, que apascentão os gados pelos montes, trazem diariamente ao pescoço cordoens, ou contas delle, e assim também raríssima será a lavradeira, que não possua huma, ou muitas peças semelhantes. Constando pois toda esta Provincia de 1519 freguesias, julgue o Leitor quanto importará o ouro, que serve de ornato ás Camponezas [...]”*¹⁰

Um século depois, D. António da Costa deixa um relato idêntico na caracterização que faz da mulher do Minho, que materializava através do uso do ouro “o ganho da sua lida”, a transparência de um valor moral que é “mostrar no seu peito a gloria do seu trabalho”. A longa passagem que dedica ao uso do ouro no Norte de Portugal, permite-nos compreender, por hiperbolizadas que sejam as imagens criadas, a importância deste costume que damos a conhecer:

“Nenhum outro symbolo da riqueza conhece a minhota senão o seu oiro. Podem-lhe falar em inscripções, em acções de bancos, em emprestar dinheiro a juros, em enterra-lo no quintal, que tudo isto é falar-lhe grego. O coração da minhota adora o seu namorado, a imaginação da minhota sonha com o seu oiro. A que apresenta nas orelhas um par comprido e largas arrecadas obedece simplesmente ao mínimo do dever; a que apresenta dois pares, cumpre-o; o luxo é penderem-lhe das orelhas tres pares, e ás vezes quatro. São os mostradores dos ourives exposições curiosas. O peito da minhota, um céu estrelado. Grilhões de todos os feitios, corações de oiro lavrado excedendo a palmo, florões que disseramos os grandes crachás hespanhoes de Carlos III, arrecadas que chegam aos hombros, crucifixos enormes, enormes Virgens da Conceição, peças inteiriças de calvários, contendo alem das tres grandes cruzes de Jesus e dos ladrões, o grupo das Marias e a scena da tremenda tragedia. Não toca só em luxo esta notável originalidade da minhota, quasi que toca em vicio, pelo menos é paixão. Ás creanças já se lhes vê também o seu oirinho, e para o comprarem se esforçam em trabalhar. As noivas não aceitam outro dote, nem outro se atreveriam os noivos a oferecer-lhes. E para tudo se dizer n’uma palavra, o seu oiro é inviolável e sagrado, até lhe sacrificam as suas affeições: se têm luto aliviado, põem signal de luto, mas não tiram do peito

10 Agostinho Rebelo da Costa, *Descrição topográfica e histórica da Cidade do Porto* (Porto: Officina Antonio Alvarez Ribeiro, 1788), XXI-XXII.

aquellas joias. E se o luto é carregado? O que fazem então, ao trajarem-se de preto, é cobrirem de transparente dó o seu oiro; enlutam-n'o, mas não o tiram."¹¹

O uso do ouro era, deste modo, transversal a todos, homens e mulheres e usado desde a mais tenra idade. Este princípio constituiu, naturalmente, um impulso significativo para o aumento de produção de artigos de ourivesaria e respetiva comercialização. O aumento da procura estimulou a produção e os ourives tiveram de responder às novas exigências do mercado. Ao crescimento do consumo interno associou-se o aumento da exportação de bens auríferos para o Brasil, a partir de meados do século XIX, mercado que, apesar das flutuações e crises regulares, se manteve estável até ao século XX. Nesta centúria, e até à Revolução do 25 de Abril de 1974, as colónias africanas, em particular Angola e Moçambique, constituíram igualmente um importante mercado de destino do ouro português, destino que tem vindo a ser recuperado nos últimos anos de acordo com o testemunho dos próprios ourives.¹²



Figura 2. Mulheres de São Cosme com carregamento de nabos.

AS CONDIÇÕES QUE PERMITIRAM A AFIRMAÇÃO DE UM CENTRO DE PRODUÇÃO

3.1. O NASCIMENTO DE UM CENTRO DE PRODUÇÃO AURÍFERA

Gonçalo de Vasconcelos e Sousa considera a segunda metade do século XVIII como “o período de expansão da actividade de ourives de ouro e cravador de pedraria nas freguesias do

¹¹ António da Costa, *No Minho* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1874), 258-259.

¹² Rosa Maria dos Santos Mota, *O uso do ouro popular no norte de Portugal no século XX* (Porto: Tese de doutoramento em Estudos do Património apresentada à Universidade Católica, 2014), 565 e 583.

concelho de Gondomar”.¹³ A partir dos registos dos ourives do ouro pertencentes à Irmandade de Santo Elói da cidade do Porto, o autor identificou algumas dezenas de ourives naturais de Gondomar, por vezes já instalados na primeira metade do século, residentes na freguesia de S. Cosme, o berço deste processo (fig. 3). Estes estavam integrados num ajuntamento próprio de S. Cosme, que possuía o seu próprio Procurador, e muitos tinham a sua marca registada no livro da Confraria.¹⁴ Esta cronologia coincide com o período de expansão do ofício de ourivesaria na cidade do Porto, distribuindo-se as oficinas por várias ruas da paróquia da Sé, que se converte no principal centro de ourivesaria da urbe até ao século XX.¹⁵ Os ourives de S. Cosme, nesta centúria, mantinham estreitas relações de trabalho com as oficinas da cidade do Porto, sendo vários os registos das ordenanças militares que apontam jovens de Gondomar como aprendizes do ofício na cidade. Neste sentido, e corroborando a perceção de Vasconcelos e Sousa, as origens de Gondomar como centro de produção estão umbilicalmente ligadas à cidade do Porto, da qual dependia inteiramente, desde a aquisição da matéria-prima até à comercialização dos produtos manufaturados.

O estudo comparativo entre os nomes dos ourives conhecidos desde a segunda metade do século XVIII e os existentes na atualidade, aponta para a afirmação de dinastias familiares que dominaram a atividade durante mais de duas centúrias.

Transmitindo o seu saber de geração em geração, estreitaram a atividade por laços de matrimónio. A permanência de nomes como os Castro, Cardoso, Martins, Moura, Vigário e França corrobora essa tradição, ocupando estes últimos um lugar de destaque em S. Cosme desde a segunda metade do século XVIII.¹⁶ Arlindo Moura, um jovem ourives gondomarense de 31 anos, constitui um bom exemplo desta realidade ao representar a sexta geração de uma importante família de ourives, os Moura, que se casaram com os Rosas de Portugal, fazendo com que uma importante dinastia permaneça no município.

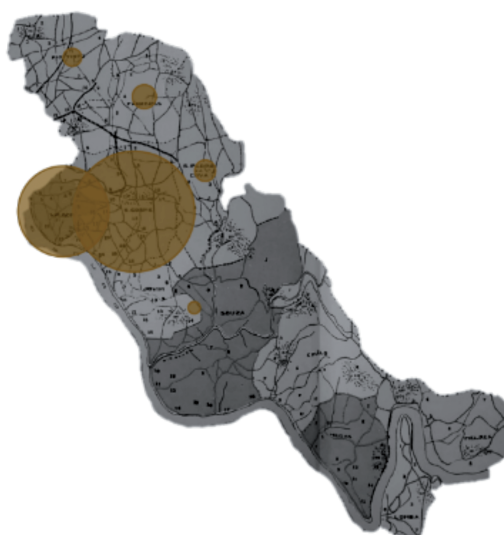


Figura 3. Representação esquemática do crescimento de oficinas de ourivesaria por freguesia, do Concelho de Gondomar, com base nos Almanques comerciais do Porto.

As informações obtidas nos registos paroquiais das freguesias do concelho (batismo, casamentos e óbitos), de meados do século XIX a 1910, permitem demonstrar, no entanto, que

13 Gonçalo de Vasconcelos e Sousa, “Ourivesaria em Gondomar. Elementos para a sua história nos séculos XVIII e XIX.”, *O Tripeiro* (2003): 337.

14 Vasconcelos e Sousa, “Ourivesaria em Gondomar”, 337.

15 Ana Cristina Sousa, “Localização das oficinas de ourivesaria na cidade do Porto”, *Quem construiu Tebas? Os construtores da cidade*, (Porto: CRAT, 2001), 155.

16 Vasconcelos e Sousa, “Ourivesaria em Gondomar”, 338.

o aumento significativo do número de oficinas e ourives ocorre neste espaço de tempo. Estas informações são corroboradas pelos dados obtidos no Inquérito Industrial de 1881, através dos quais podemos confirmar o destaque para a freguesia de S. Cosme, já apontada como berço do processo, secundada pela de Valbom, em franco crescimento, e pelas de Rio Tinto, São Pedro da Cova, Fânzeres e Jovim (Fig. 4)¹⁷. Em 1887, ano da criação da Contrastaria do Porto, o primeiro fabricante a registar-se, a 15 de janeiro desse ano, foi José Alves de Almeida, natural da freguesia de Santa Cruz de Jovim, mas residente em S. Cosme de Gondomar. Detinha uma marca com o desenho de um compasso aberto e a inicial J.¹⁸ Entre janeiro de 1887 e abril de 1904, o total de ourives de Gondomar registados nos livros de *Matrículas dos Fabricantes e Marcas Registadas na Contrastaria do Porto* foi de 269, num universo geral de 848.¹⁹

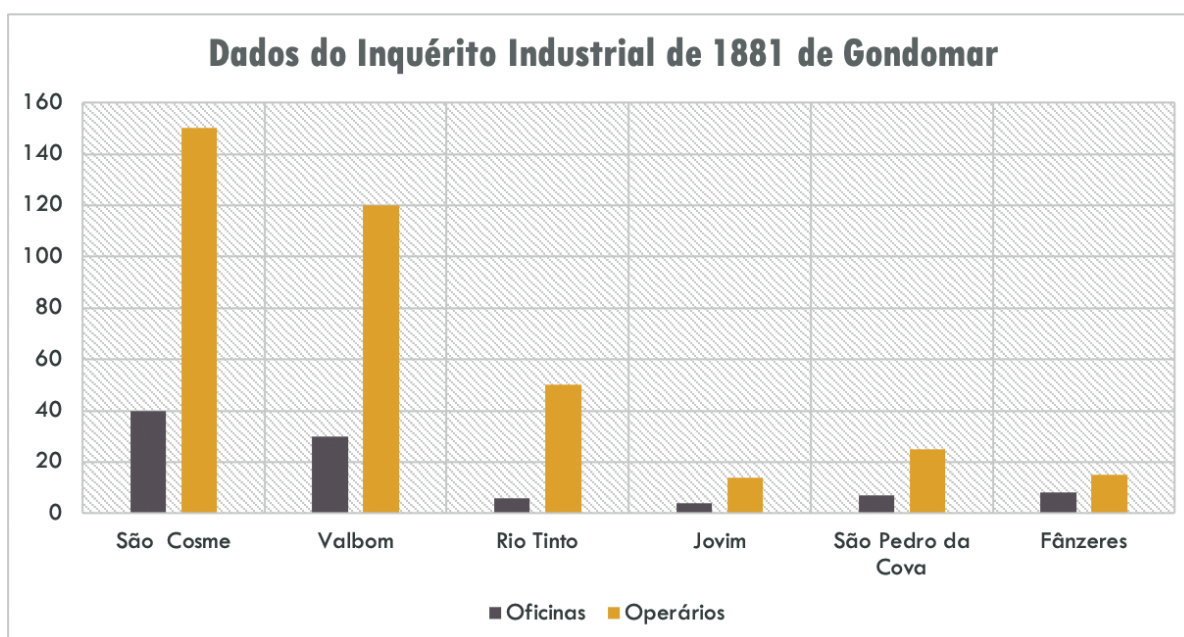


Figura 4. Gráfico relativo aos dados do Inquérito Industrial de 1881.

Estes números podem explicar a preocupação e resistência dos ourives do Porto em relação aos colegas de Gondomar sentida na literatura deste período. Na *Exposição de Ourivesaria e Joalheria Nacional* realizada no Palácio de Cristal do Porto, no final de 1883, Joaquim de Vasconcelos escreve que não fora a intervenção do Sr. Augusto Moreira, vice-presidente da comissão promotora, não teria sido possível “a obra da aldeia na exposição”. “Ainda assim, entrou tarde”, acrescenta o autor, “passado o primeiro mez, e depois das mais vivas instancias, cedendo os senhores ourivezes, não aos argumentos, mas á influencia pessoal de um collega, que é uma das excepções da classe”.²⁰ A julgar pela crítica, que Joaquim de Vasconcelos sente necessidade em escrever para que não parecesse “uma fabula d’aqui a uma dúzia de annos”, aos ourives do Porto

17 Camilo Oliveira, *O concelho de Gondomar – Apontamentos Monográficos*, (Porto: Imprensa Moderna, 1938), Vol. IV, 113.

18 Contrastaria da Casa da Moeda, Porto (CP), *Matrículas dos Fabricantes*, 1887, nº 1.

19 CP, *Matrículas dos Fabricantes e Marcas Registadas na Contrastaria do Porto*, 1887-1904.

20 Joaquim de Vasconcelos, “Exposição de Ourivesaria e Joalheria Nacional - V”, *O Comércio do Porto* (15.11.1883).

não interessava a presença dos colegas de Gondomar num certame com a importância e impacto de visitantes que estas exposições certamente acarretavam. A forte concorrência ao nível da produção e a discriminação em relação aos artífices de Gondomar ficam claramente provadas pelas palavras do eminente historiador. Os ourives gondomarenses conquistaram, de facto, a simpatia dos visitantes do “certâmen”, apresentando “um grupo de filhas de ourives filigraneiros” a executar, “à vista do público”, a “renda urdida” com “lindos e reluzentes fios de metais preciosos, produzindo sensação”.²¹

Na viagem que faz pelo *Minho Pittoresco*, obra que conhece uma primeira edição em 1887, José Augusto Vieira distinguiu a “grande actividade industrial” de Gondomar, singular entre os demais concelhos do Porto, assinalando o movimento das minas de carvão de S. Pedro da Cova, uma fábrica de fundição de ferro, duas de curtumes em Valbom, destacando em particular as “indústrias” da “indígena” marcenaria e da “histórica” ourivesaria, “tão notável sobretudo pelas delicadíssimas filigranas, que tão admiradas são onde quer que apareçam”.²² Nas palavras do autor, “o carvão, a filigrana e o nabo, eis ahi os tres symbolos de Gondomar, d’esta boa e antiga terra portugueza [...]”²³, terra dos “afamados cordões de ouro e os corações de filigrana, que são o enlevo e a vaidade, que o *touriste* pode trazer do concelho de Gondomar”.²⁴

Este contexto “industrial” pode ajudar a compreender o crescimento de Gondomar enquanto importante centro de ourivesaria na segunda metade de Oitocentos. Na verdade, a abundância de carvão e de matos onde abundava o moliço, ambos muito usados como combustível nas oficinas de ourivesaria, constituiu, certamente, uma causa favorável ao desenvolvimento desta atividade. A este fator, podemos juntar os fenómenos do crescimento demográfico e do êxodo da população rural para o litoral. A população de Gondomar cresce substancialmente neste período e as proveniências de concelhos do interior como Cinfães, Lamego, Marco de Canavezes, Penafiel entre outros, repete-se nos assentos dos registos paroquiais. As oficinas de ourivesaria acolheram alguma desta mão-de-obra disponível, num tempo em que elas próprias estavam em franco crescimento.

José Augusto Vieira, citando o *Inquérito Industrial de 1881*, refere a existência de operários hospedados e alimentados pelos patrões e de oficiais tarefeiros que trabalhavam em casa por conta dos mestres das oficinas, o que fazia multiplicar o número de envolvidos no processo.²⁵ A maioria das oficinas empregavam entre 8 a 10 trabalhadores, auferindo salários entre 54 e 18 mil reis ao ano, incluindo “casa, cama e mesa”. A aprendizagem, em contexto oficial, durava entre seis a sete anos, período de tempo em que o aprendiz não recebia salário, mas apenas alojamento e alimento. Informa ainda que a indústria da ourivesaria enfrentava então um período de crise, explicada pela má qualificação escolar e artística dos artífices, pela concorrência do ouro francês, pela diminuição do interesse dos lavradores em empregar as suas economias “em objectos de ouro que nada redem” e por “outras de maior alcance social, que não são para aqui o explorar”²⁶, referindo-se certamente aos numerosos escândalos e fraudes que marcaram a história da ourivesaria nacional deste período. Rocha Peixoto, no início do século XX, refere as causas desse descrédito, das ligas de cobre e ouro que deste só “tinham o vestígio” e da filigrana de prata que

21 Laurindo da Costa, *Artistas Portugueses. Estudos sobre Ourivesaria*, (Porto: Costa & C.^a – Editores, 1922), 88.

22 Vieira, *O Minho Pittoresco...*, tomo. II: 619-620.

23 Vieira, *O Minho Pittoresco...*, tomo. II: 601.

24 Vieira, *O Minho Pittoresco...*, tomo. II: 620.

25 Vieira, *O Minho Pittoresco...*, tomo. II: 620.

26 Vieira, *O Minho Pittoresco...*, tomo. II: 619-620.

“chegava ao seu destino toda negra, tal a quantidade de estanho dominante”, fazendo com que fossem encerradas as portas da Galiza, América, Brasil e África, e se acentuasse a desconfiança interna em relação aos nossos produtos de ouro e prata.²⁷ Mas acrescenta que a revivescência da arte da filigrana que se verificava no início do século XX, se deveu em parte aos ourives de Gondomar que nunca haviam deixado de fazer as cruzes e os corações de filigrana, tão ao gosto da clientela portuguesa.²⁸

O crescimento contínuo do número de ourives e oficinas a laborar em Gondomar, a forte concorrência sentida no sector e as constantes flutuações do mercado, com picos de produção secundadas por períodos de crise e retração, foram, neste concelho, compensados com o aumento da mão-de-obra proporcionada pela participação de todos os membros da família, inclusive mulheres e filhas dos artesãos, e pela imposição de horários de trabalho prolongados. Desta forma, os ourives de Gondomar puderam praticar preços muito baixos e colocar com mais facilidade os seus produtos no mercado. A filigrana e todas as técnicas que comportavam um trabalho minucioso e moroso, como a execução das malhas, cordões e trancelins, beneficiaram assim do labor feminino, mão-de-obra barata, mas de grande qualidade, capaz de impor um perfil mais delicado e “miudinho” às rendas que faziam em ouro e prata. Das mulheres e filhas dos ourives a atividade foi passando para as jovens vizinhas que começam também a aprender o ofício. Deste modo, de geração em geração, o número de feitoras (fig. 5) foi-se multiplicando, alimentando uma prática de trabalho que se torna identitária, sem dúvida, mas conquistada à custa da exploração do trabalho de uma população abundante e bastante desfavorecida.



Figura 5. Enchedeira a encher peças com fio de prata.

27 António Augusto da Rocha Peixoto; Gonçalo de Vasconcelos e Sousa, introd. y Alexadra Andressen Leitão, trad., *As Filigranas – Filigree*, (Porto: UCE – Universidade Católica Editora, 2011): 86.

28 Rocha Peixoto; Vasconcelos e Sousa, introd. y Andressen Leitão, trad., *As Filigranas – Filigree...*, 91.

Laurindo da Costa considerou ser “amor”, “dedicação” e “despreendimento dêsses ourives sob o ponto de vista lucrativo” a venda “por preço insignificante” das “belas joias” produzidas por estes “modestos filigraneiros” e exulta mesmo as filhas destes artistas a ser também “filigraneiras” e assim patentear “o carácter regional do [seu] berço natal!”.²⁹ Joaquim de Vasconcelos dispôs de um outro olhar sobre esta realidade e faz toda a “justiça ao operário de S. Cosme”.³⁰ Impressionado pela qualidade que viu na obra de filigrana exposta pelo Sr. Albino Coutinho Junior, ourives filigraneiro desta freguesia, na Exposição de 1883 no Palácio de Cristal (Porto), o autor deixou-nos estas palavras de profundo reconhecimento:

“É provável que haja outros operarios do mesmo valor; citando um, queremos honrar toda a povoação, todo o concelho de Gondomar, que pôde ter orgulho de possuir semelhante industria. Os preços que o Sr. Coutinho Junior indica são de tal modo reduzidos que causam o meu espanto, de curioso. Como se pôde fazer semelhante obra por semelhante preço? Vá o leitor a S. Cosme e achará a chave do enigma.

*E se não quizer ir, se não se quizer incomodar, então fique, mas tire o chapéu ao operário saloio, que realisa, sem phrase e sem ostentação, a maxima do Evangelho: “Comerás o teu pão com o suor do teu rosto”: que reduziu a medida dos seus desejos á ultima expressão da modéstia: a uma viola mal afinada, a um pedaço de broa e a uma caneca de vinho amargo. O seu segredo é a sua sobriedade, e a sobriedade a sua força.”*³¹

Cerca de vinte anos depois, Rocha Peixoto presta idêntica homenagem, compreendendo bem a realidade social e económica do modesto ourives de Gondomar. Num período em a ourivesaria portuguesa recuperava da crise da década anterior impulsionada sobretudo pelo aumento da procura externa, o autor constata que este movimento não se refletia na “situação económica dos artífices”. Expõe que a “retribuição do fabrico” continuava a ser baixíssima, mantendo-os numa “elementar mediania”, explorados por ricos “mercantes” sempre queixosos “da exorbitância dos seus dispêndios em aluguer e pessoal, da voracidade tributária e doutros horrores, que nem os impede de capitalizarem, às vezes soberbamente, nem lhes adoça o ânimo no sentido de espoliarem menos descaravelmente o produtor.”³² E assim se multiplicavam, segundo o mesmo autor, as pequenas unidades familiares, “a oficina própria, com as mulheres, as irmãs, as filhas e os rapazes cooperando.”³³ Um quarto de século depois, num tempo em que a indústria da ourivesaria atravessava nova crise, Pedro Fazenda, na visita que faz a inúmeras oficinas de ourivesaria do concelho, “indústria doméstica e hereditária da região”, descreve o “desconforto” da arquitetura da oficina, uma “caixa retangular de granito com uma separação interna – laboratório e enxerga”, lúgubre, tocada por magros raios de luz e vento fustigante. Era nestas condições que trabalhava o ourives que, “à banca com a família dezoito horas quási ininterruptas” compunha as filigranas e encadeava as malhas, acrescentando o autor que, “não fôra a modicidade de salários dos aurífices gondomarenses, essa indústria ver-se-ia em sérios embaraços”.³⁴

29 Laurindo da Costa, *Artistas Portugueses. Estudos sobre Ourivesaria*, (Porto: Costa & C.^a – Editores, 1922), 88-89.

30 Joaquim de Vasconcelos, “Exposição de Ourivesaria e Joalheria Nacional - V”, *O Comércio do Porto* (15.11.1883).

31 Joaquim de Vasconcelos, “Exposição de Ourivesaria e Joalheria Nacional - V”, *O Comércio do Porto* (15.11.1883).

32 Rocha Peixoto; Vasconcelos e Sousa, introd. y Andressen Leitão, trad., *As Filigranas – Filigree...*, 95.

33 Rocha Peixoto; Vasconcelos e Sousa, introd. y Andressen Leitão, trad., *As Filigranas – Filigree...*, 97.

34 Fazenda, Pedro, *A ourivesaria Portuguesa Contemporânea e os metais e as pedras preciosas*, (Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1927), 208; 211.

A questão colocava-se, assim, na desigualdade de lucros auferidos pelas grandes empresas produtoras e as pequenas oficinas exploradas por essas mesmas, cenário que permanece estável até décadas avançadas do século XX. Na carta que escreve ao administrador do município de Gondomar, em cerca de 1933, o Presidente da Associação de Classes de Ourives de Gondomar traça um quadro idêntico ao exposto pelos autores citados: pequenas oficinas sujeitas a longas horas de trabalho, para produzir, a baixo custo e com os metais fornecidos pelos grandes comerciantes, as delicadas joias gondomarenses. Pelas suas próprias palavras,

“(...) é, deveras tormentosa a vida desta classe (...) sujeitarem-se pequenas indústrias a extenuantes vigílias, para fabricar, por baixos preços, metais fornecidos pelos grandes negociantes, persistindo na adopção de um longo horário de trabalho -, tudo isto representa para a classe, não já somente um desprezo de si mesma, mas, o que muito é também, um prejuízo irremediável para o progresso desta indústria.”³⁵



Figura 6. Fábrica de ourivesaria da família Rosas de Portugal, atualmente devoluta.

Na verdade, nem todas as oficinas de Gondomar eram “populares” e de “vão de escada”, constituídas por operários “saloios”, “rústicos”, pobres e humildes, sendo que muitos fabricantes cresceram e fundaram grandes empresas. Firmas como a dos Rosas de Portugal nasceram em Gondomar (fig. 6) e algumas das maiores e famosas ourivesarias do Porto, estabelecidas em finais do século XIX e inícios do XX, tinham na sua origem ourives naturais de Gondomar. É o caso da

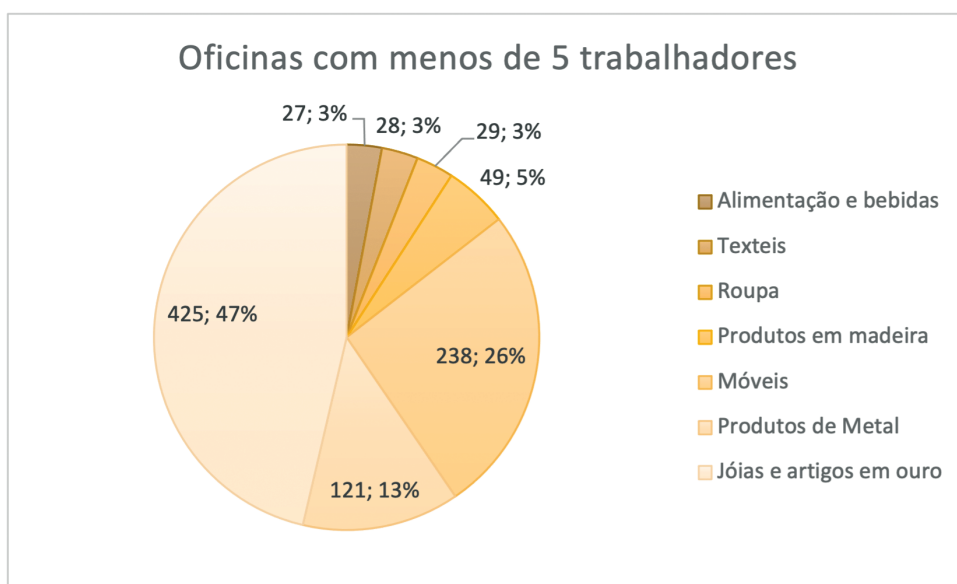
³⁵ Arquivo Distrital do Porto (ADP), *Carta do Presidente da Associação de Classe dos Oficiais d’Ourivesaria ao Administrador do Concelho de Gondomar*, c. de 1933, C/4/10/12 – 10.6.

empresa Reis & Filhos, uma das mais prestigiadas do Porto na primeira metade do século XX, fundada por António Alves dos Reis, natural de S. Cosme Gondomar, tal como foi possível apurar através do Registo da marca de ourives de Reis & Filhos, em 1902, na Contrastaria do Porto.³⁶

Mas é também verdade que a realidade desta produção gondomarense continuou a ser dominada por pequenas oficinas familiares (fig.7), dependentes das grandes empresas que lhes encomendavam obra e colocavam os seus produtos no mercado. Assim o demonstra o *Censo Industrial de 1972*, confirmando a predominância da produção de Joias e Artigos de Ouro no município, ocupando as oficinas com menos de cinco trabalhadores cerca de 47% do total (fig. 8).³⁷



Figura 7. Oficina familiar em Gondomar.



³⁶ CP, *Matrículas dos Fabricantes*, 18.07.1902.

³⁷ Hélder Marques; Luís Martins y José Fernandes, “O Aglomerado Urbano de Gondomar, Área de Expansão Territorial”, *Revista Humanidades* (1984 - 4): 76.

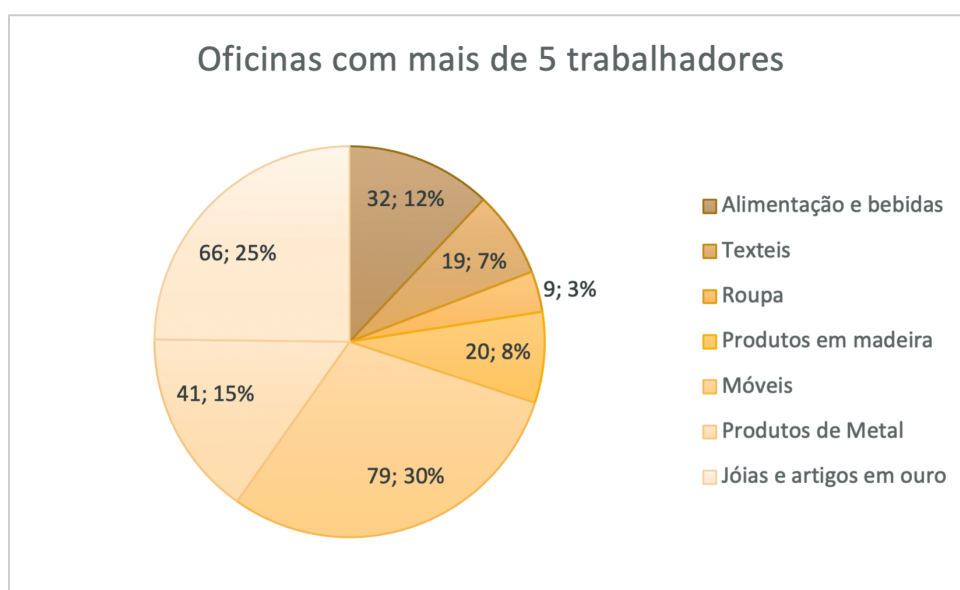


Figura 8. Dados relativos aos dados do censo industrial do 1972.

Os diretórios comerciais da cidade do Porto constituem igualmente uma importante fonte de avaliação da instabilidade do ofício da ourivesaria no concelho de Gondomar ao longo do século XX. Apesar de nestas listagens constar apenas o nome dos ourives que enviavam anualmente um cartão com os seus dados atualizados para publicação, e incluir apenas os responsáveis pelas oficinas, trata-se de um importante recurso documental por nos fornecer nomes e moradas dos artífices e, posteriormente, informação publicitária, com a indicação das especializações oficinais.

A partir de 1905, os almanaques comerciais publicados na cidade do Porto dedicam uma secção própria à ourivesaria de Gondomar³⁸, demonstrando o espaço que a ourivesaria deste município tinha conquistado. Prolongando a tendência histórica, no início do século XX, a freguesia de S. Cosme continuava a concentrar o maior volume de artesãos, situação que se alarga a partir de 1915³⁹ às freguesias de Valbom e Fânzeres. Durante o período da Grande Guerra, nos anos de 1915 e 1917, regista-se o maior número de ourives recolhidos nesta fonte em todo o período estudado (1838-1982), destacando-se S. Cosme com 77 oficinas, seguindo-se Valbom com 42, Fânzeres com 21 e Rio Tinto com 16. A partir de 1918⁴⁰ estes números começam a decrescer, recuperando ligeiramente a partir da década de trinta e mantendo-se a tendência de crescimento até ao início da década de quarenta. Entre 1954 e 1965 o número de ourives referidos é residual, aumentando entre 1965 e 1978, verificando-se um decréscimo abrupto nos anos de 1980-1981⁴¹ (fig. 9).

Assim cresceu e se fundou a “capital da ourivesaria”, recordada pelo monumento “aos ourives e à ourivesaria” disposto numa importante rotunda de S. Cosme, desenhado pelo jovem ourives

38 S. a. *Almanak do Porto e seu Districto para o anno de 1905* (50.º anno de publicação. publicado por J. J. Vieira da Silva (Sucessor de A. G. Vieira Paiva), (Porto: Livraria Archivo Juridico – Editora, 1905), 95.

39 Américo Costa (Ed. e prop.), *Almanak do Porto e seu Districto para o anno de 1915* (60.º anno de publicação). Antigo Almanaque de José Lourenço de Sousa e A. G. Vieira Paiva, (Porto: Typhographia Artes e Lettras, 1915).

40 Manuel Pinto de Sousa Lelo (Ed. e prop.), *Anuário Comercial do Porto e seu distrito - 1918* (14.º Ano de sua Publicação), (Porto: Imprensa Moderna, 1918).

41 Eduardo Pinheiro Torres (ed.), *Indicador Comercial e Industrial da Cidade do Porto ano 1980-1981*, (Porto: E.P.T., 1980).

Arlindo Moura, descendente do “Moura da Capela”, duplo operário que trabalhava afanosamente nas Minas de Carvão de S. Pedro durante o dia e como ourives, na sua banca, pelas horas da noite.

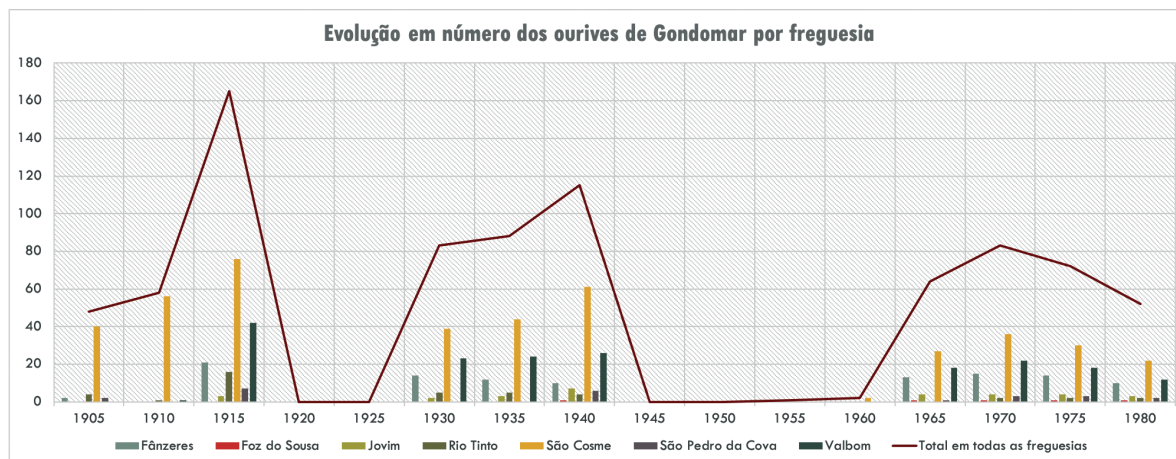


Figura 9. Evolução dos ourives de Gondomar por freguesia, segundo os Anuários Comerciais da cidade do Porto.

MITOS VS. FACTOS HISTÓRICOS

As fontes documentais e literárias não deixam margem para dúvidas quanto à origem setecentista e afirmação oitocentista da ourivesaria de Gondomar. No entanto, os estudos sobre o nascimento desta atividade no concelho continuam impregnados de mitos difíceis de combater, criados, em parte, por insígnies investigadores dos finais do século XIX e inícios do XX, cujos estudos não têm sido devidamente contextualizados. Os seus escritos continuavam a ser interpretados à letra, sem serem sujeitos à hermenêutica própria do trabalho de um historiador, e sem atender ao tempo em que essas obras foram publicadas.

A *Monografia de Gondomar*, de Camilo de Oliveira (1874-1946), cuja primeira edição data de 1932, continua a ser citada como fonte infalível. Não estando em causa o mérito e a qualidade da obra publicada em quatro volumes e desenvolvida ao longo de 12 anos, importa enquadrar o texto num tempo marcado por laivos nacionalistas e de valorização das memórias locais, que procurava no passado mais remoto as suas raízes. É natural, neste sentido, que o autor relacione a exploração das minas por parte dos romanos e dos árabes, com “a origem de se ter criado neste território a velha indústria da ourivesaria que, de geração em geração, chegou até aos nossos dias”.⁴² Factos históricos confirmam a exploração de minas por parte dos romanos nas serras de Santa Justa, Pias, Facho, Santa Iria e Banjas (Melres).⁴³ No entanto, não é possível estabelecer a relação entre estas explorações e a afirmação do concelho de Gondomar enquanto centro de produção aurífera. As *Memórias Paroquiais* de Rio Tinto, de 1758, corroboram esta constata-

⁴² Oliveira, *O concelho de Gondomar...*, vol. IV, 471.

⁴³ Júlia Kundisova, *Filigrana de Gondomar: o percurso da arte tradicional gondomarense dos tempos remotos até à contemporaneidade*, (Porto: Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Ciências Sociais, 2018), 48.

ção. Na resposta ao inquérito nacional, o pároco refere que em Valongo, na serra de Santa Justa, “ha muitas grutas e caves subterrâneas, he sem duvida que dos seus fojos se tirou no tempo dos romanos muita quantidade de ouro”. Mas acrescenta que, “não ha muitos annos, sendo vivo o Senhor Rei D. Joam o 5º por ordem sua veio hum mineiro a esta terra, e dizem que achou ouro, o qual não prodysio por não corresponder aganancia a despeza”⁴⁴, ou seja, por não ser rentável a sua exploração.

Recentes trabalhos académicos, em particular dissertações de mestrado oriundas de áreas multidisciplinares como da Arqueologia, Museologia, Arquitetura e Património, têm contribuído para o perpetuar destes mitos. São raros os trabalhos dedicados ao estudo da ourivesaria de Gondomar e em particular da filigrana, que não dedicam um capítulo ou parte dele à riqueza da ourivesaria proto-histórica do noroeste peninsular e à exploração mineira no tempo dos romanos. Títulos como “O ouro no Noroeste Peninsular: raízes proto-histórica”⁴⁵, “Origem proto-histórica do ouro no Noroeste Peninsular”⁴⁶, “Breve histórico da filigrana em Gondomar”⁴⁷, “Pré e proto-história em Portugal” e “Ourivesaria arcaica”⁴⁸, integram esta realidade, justificando-se mesmo as raízes da filigrana pela existência de minas de ouro em Gondomar e zonas limítrofes.⁴⁹ Se algumas formas sobrevivem como arquétipos incólumes ao tempo, tais como a conta, a lúnula, o círculo, o triângulo e o fuso, a ideia de uma continuidade laboral é puramente falsa, tal como o demonstra a realidade histórica esboçada. O paradigma da ancestralidade continua a dominar o discurso. O recente “Caderno de Especificações” (2017), elaborado a pedido das câmaras de Gondomar e Póvoa de Lanhoso, destinado à certificação da Filigrana de Portugal, continua a estabelecer a relação entre a filigrana executada na atualidade, nestes dois concelhos, com a longa diacronia da ourivesaria portuguesa, informação que se reflete no conteúdo publicado em *Diário da República*.⁵⁰

As fontes exploradas confirmam a origem tardia da afirmação de Gondomar como um grande centro produtivo de ourivesaria. Por outro lado, as características do fio de filigrana e as formas de execução variaram bastante no seu percurso e chamamos filigrana a realidades técnicas e decorativas muito distintas. Refira-se, ainda, o facto de o emprego da filigrana na ourivesaria ocidental não ter sido contínuo, estando praticamente ausente nos períodos gótico e renascentista e reaparecendo na ourivesaria peninsular a partir do século XVI, primeiro em contextos sociais e económicos restritos, conhecendo um novo impulso no século XIX em vários países europeus, estendendo-se a várias tipologias da ourivesaria tradicional.⁵¹ É nesta dimensão histórica e artística que devemos enquadrar o desenvolvimento da ourivesaria de Gondomar, e em particular

44 ANTT, *Memórias Paroquiais de 1758, Rio Tinto, Porto*, vol. 32, nº 134, fl. 814

45 Mafalda Pinheiro Pereira, *Memórias de Artesãos Filigraneiros de Gondomar: Um património a musealizar?*, (Porto: Edição de Autor, 2008).

46 Caio Castro, *O bairro dos Ourives de Gondomar*, (Porto: Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura, 2016).

47 Maria João Marques, *Uma Arte da Cultura Popular Portuguesa: a filigrana - Caso de Gondomar*, (Porto: Trabalho realizado para a UC Arqueologia Moderna e Contemporânea, apresentado à Faculdade de Letras, 2011).

48 Kundisova, *Filigrana de Gondomar...*

49 Pinheiro Pereira, *Memórias de Artesãos...*, 29-30.

50 *Diário da República*, nº 55/2018, Série II de 2018-03-19.

51 Catherine Arminjon y Michèle Bilimoff, *L'art du Métal. Vocabulaire technique*, (Paris: Éditions du Patrimoine. Imprimerie Nationale, 1998), 236; Jane Perry, *Traditional Jewellery in Nineteenth-Century Europe* (Londres: V&A Museum, 2013), 98.

a da filigrana, o trabalho que mais contribuiu, sem dúvida, para notabilizar e individualizar o município de Gondomar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escassez de fontes históricas, anteriores ao século XVIII, relativas ao território gondomarense, dificulta um melhor conhecimento sobre a realidade produtiva do concelho antes desta cronologia. Outras dificuldades levantam-se com a diversidade de recurso documentais explorados no decurso desta investigação, datáveis do século XIX e XX, tais como almanaques comerciais, registos paroquiais de casamentos, nascimentos e óbitos, livros de marcas, censos militares, pedidos de passaporte, entre outros. Estas fontes fornecem sobretudo nomes, idades, localidades e, em alguns casos, residências, mas, em virtude do elevado número de indivíduos inventariados, torna-se difícil o seu cruzamento. Os nomes repetem-se e os implicados identificam-se sempre como ourives, não sendo possível distinguir especialidades a nível do metal (ouro e prata), técnicas e tipologias de peças. Muitos conceitos, como o do ourives filigraneiro, foram criados *à posteriori* e torna-se muitas vezes difícil entendê-los entre os fragmentos documentais que o tempo nos legou.

Por outro lado, a recente valorização da técnica da filigrana, que envolve as principais iniciativas de promoção e divulgação, ofusca outros processos de produção artesanal, como o da fundição em moldes de areia já perdido, ou das malhas de ouro e prata e da estampagem manual a partir de cunhos relevados, também quase perdidas, sobrevivendo esta última numa única oficina, a Fernando Martins Pereira e Ca. L. Considera-se fundamental que o discurso de proteção se alargue a todos os campos da ourivesaria tradicional, num tempo em que os processos artesanais terão de conviver, necessariamente, com a produção industrial do sector. O trabalho manual terá de ser valorizado e justamente retribuído, e esta retribuição tem de chegar a todos, artesãos, feitoras e distribuidores, pois só assim a ourivesaria que o concelho conheceu, nas duas últimas centúrias, poderá subsistir. Trabalhadores altruístas, humildes e a produzir a preços simbólicos poderão continuar a alimentar o cenário idílico de alguns, mas esta realidade não trará qualquer futuro à ourivesaria do concelho, pois a mão-de-obra escoará inevitavelmente para outras atividades produtivas, como gerações de folhas tocadas pelo vento.

BIBLIOGRAFIA

- Arminjon, Catherine y Bilimoff, Michèle. *L'art du Métal. Vocabulaire technique*. Paris: Éditions du Patrimoine. Imprimerie Nationale, 1998.
- Castro, Caio. *O bairro dos Ourives de Gondomar*. Porto: Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura, 2016.
- Costa, Agostinho Rebelo da. *Descrição topográfica e histórica da Cidade do Porto*. Porto: Officina Antonio Alvarez Ribeiro, 1788.
- Costa, Américo (Ed. e prop.). *Almanak do Porto e seu Districto para o anno de 1915 (60.º anno de publicação)*. Antigo Almanaque de José Lourenço de Sousa e A. G. Vieira Paiva. Porto: Typhographia Artes e Letras, 1915.
- Costa, António da. *No Minho*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1874.

- Costa, Laurindo da. *Artistas Portugueses. Estudos sobre Ourivesaria*. Porto: Costa & C.^a – Editores, 1922
- Dias, Luiz Fernando de Carvalho. *Forais Manuelinos do Reino de Portugal e do Algarve. Entre Douro e Minho*. S.l.: Edição do Autor, 1969.
- Fazenda, Pedro. *A ourivesaria Portuguesa Contemporânea e os metais e as pedras preciosas*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1927.
- Kundisova, Júlia. *Filigrana de Gondomar: o percurso da arte tradicional gondomarense dos tempos remotos até à contemporaneidade*. Porto: Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Ciências Sociais, 2018.
- Lelo, Manuel Pinto de Sousa (Ed. e prop.). *Anuário Comercial do Porto e seu distrito - 1918 (14.º Ano de sua Publicação)*. Porto: Imprensa Moderna, 1918.
- Marques, Hélder; Martins, Luís y Fernandes, José. “O Aglomerado Urbano de Gondomar, Área de Expansão Territorial”. *Revista Humanidades* (1984 - 4): 61-85.
- Marques, Maria João. *Uma Arte da Cultura Popular Portuguesa: a filigrana - Caso de Gondomar*. Porto: Trabalho realizado para a UC Arqueologia Moderna e Contemporânea, apresentado à Faculdade de Letras, 2011.
- Mota, Rosa Maria dos Santos. *O uso do ouro popular no norte de Portugal no século XX*. Porto: Tese de doutoramento em Estudos do Património apresentada à Universidade Católica, 2014.
- Oliveira, Camilo. *O concelho de Gondomar – Apontamentos Monográficos*. Porto: Imprensa Moderna, 1938.
- Peixoto, António Augusto da Rocha; Sousa, Gonçalo de Vasconcelos e, introd. y Leitão, Alexandra Andresen, trad. *As Filigranas - Filigree*. Porto: UCE – Universidade Católica Editora, 2011.
- Pereira, Mafalda Pinheiro. *Memórias de Artesãos Filigraneiros de Gondomar: Um património a musealizar?* Porto: Edição de Autor, 2008.
- Perry, Jane. *Traditional Jewellery in Nineteenth-Century Europe*. Londres: V&A Museum, 2013.
- S. a. *Almanak do Porto e seu Districto para o anno de 1905 (50.º anno de publicação. publicado por J. J. Vieira da Silva (Sucessor de A. G. Vieira Paiva)*. Porto: Livraria Archivo Juridico – Editora, 1905.
- Sousa, Ana Cristina. “Localização das oficinas de ourivesaria na cidade do Porto”, *Quem construiu Tebas? Os construtores da cidade*. Porto: CRAT, 2001, 154-155.
- Sousa, Gonçalo de Vasconcelos e. “Ourivesaria em Gondomar. Elementos para a sua história nos séculos XVIII e XIX.”. *O Tripeiro* (2003): 337-340.
- Torres, Eduardo Pinheiro (ed.). *Indicador Comercial e Industrial da Cidade do Porto ano 1980-1981*. Porto: E.P.T., 1980).
- Vasconcelos, Joaquim de. “Exposição de Ourivesaria e Joalheria Nacional - V”, *O Comércio do Porto* (15.11.1883).
- Vieira, José Augusto. *O Minho Pittoresco*. Lisboa: Livraria de António Maria Pereira – Editor, 1887, tomo. II.